

MAPEAMENTO DO CRIME DA CIDADE DE PARINTINS/AM NOS ANOS DE 2012 A 2013

Erivan Brito de Assunção¹
Brychtn Ribeiro de Vasconcelos²

RESUMO

Este trabalho oferece ao leitor a oportunidade impar de reflexão das práticas adotadas em se tratando da temática segurança pública pelo Brasil, evidenciando o fato de a constituição de nosso país embasar o mesmo modelo de polícia para todos os Estados brasileiros, tornando fácil compreender porque de modo geral a adoção da mesma e velha receita usada no combate a criminalidade que não vem dando certo há muito tempo é disseminada pelo país. Com a pretensão de esclarecer alguns conceitos aplicados dentro das políticas públicas de segurança abordaremos sobre o policiamento comunitário, sua filosofia e funcionamento, enfatizando o modelo de ação delineada pela polícia que se enquadra verdadeiramente a ação preventiva de antecipação aos atos criminosos. Para evidenciar a realidade da cidade de Parintins, foi o feito o mapeamento dos crimes de furto, lesão, corporal, roubo e violência doméstica distribuídos pelos bairros de Parintins com intuito de visualizar o padrão e distribuição espacial desses delitos. Sendo que para se chegar aos resultados primeiramente procedeu-se com o levantamento bibliográfico e tabulação de dados referentes aos anos de 2012 e 2013 oriundos do 11º Batalhão de Polícia militar de Parintins, fazendo uso das geotecnologias, introduzindo o uso de mapas para a análise criminal. Ao final da pesquisa constatou-se que a violência doméstica foi o crime de maior incidência nos anos pesquisados e sua espacialização mostrou que o bairro de Paulo Corrêa foi a área que mais este delito ocorreu. E que os crimes de furto e roubo se concentram no centro da cidade.

Palavras-chaves: Políticas públicas de segurança. Geoprocessamento. Policiamento comunitário, Ação preventiva.

¹ Graduando do curso de Geografia. Universidade do Estado do Amazonas – UEA/CESP. E-MAIL: erivanbrito.34@gmail.com

² Professor/MSc. Universidade do Estado do Amazonas – UEA/CESP. E-MAIL: Brychtn@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A criminalidade no Brasil é um tema que há muito tempo vem sendo amplamente discutido em sociedade como também pela comunidade acadêmica. Essa problemática que anteriormente preocupava os habitantes das cidades grandes, hoje esse fenômeno preocupa também os moradores de médias e pequenas cidades.

A cidade de Parintins situada no interior do Estado do Amazonas começa também a experimentar a realidade vivida antes somente pelos grandes centros urbanos. A incidência de crimes vem aumentando ano a ano e preocupa principalmente a população parintinense, afetando principalmente o comportamento das pessoas.

Os números da violência são transformados em dados estatísticos que são utilizados pelos governos e as secretarias de segurança pública, que fazendo uso dessas informações, planejam ações e políticas de segurança, com o objetivo de diminuir o índice de violência e trazer sensação de segurança para as pessoas.

Os projetos destinados à segurança pública demandam custos muito altos, não alcançando resultados práticos que satisfaçam os anseios da sociedade, que sonham com uma segurança pública mais eficiente, que busque principalmente obter a credibilidade da população.

Na tentativa do enfrentamento de um número cada vez maior de crimes o governo investiu em segurança pública somente com o aumento dos efetivos policiais, compra de veículos e armamentos, ficando restrito a um modelo que não fez frente aos novos desafios de segurança pública nos dias atuais.

Diante do exposto anteriormente este trabalho visa fazer uma análise através do geoprocessamento e mapeamento dos crimes de furto, roubo, lesão corporal e violência doméstica (Crimes cometidos contra a mulher) nos anos de 2012 e 2013 na cidade de Parintins.

Portanto a pesquisa justifica-se por ser a tentativa de fazer um mapeamento da criminalidade na cidade de Parintins, buscando mostrar as áreas de maior incidência de crimes, fazer uma análise das políticas de segurança pública atualmente implementada na área urbana da cidade de Parintins.

Para realização deste trabalho, primeiramente foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre as políticas públicas de segurança no Brasil, a filosofia de policiamento comunitário e o geoprocessamento e sua utilidade na espacialização através de mapas do fenômeno da criminalidade. No segundo momento procedeu-se com levantamento dos dados registrados

em boletins de ocorrências manuscritos oriundos dos arquivos do 11º Batalhão da Polícia Militar com sede na cidade de Parintins-AM. Que logo após foi feito um banco de dados, que foram tabulados no Software Microsoft Office Excel, em duas planilhas referentes aos anos de 2012 e 2013, com as ocorrências de furto, roubo, lesão corporal e violência doméstica.

Este trabalho teve como suporte o método dedutivo, construindo nosso conhecimento a partir de leis gerais (leis universais), para entendermos o particular, posto que o mesmo modelo de polícia empregado para todos os Estados brasileiros utilizam a mesma receita de combate a criminalidade que vem sendo repetida há anos pelo país sem levar em consideração o conhecimento produzido na esfera acadêmica e sem pretensão a mudanças internas nas instituições policiais.

Além da introdução e dos resultados e conclusões o trabalho este trabalho está disposto da seguinte forma: No tópico 2 traz a discursão das políticas públicas de segurança no Brasil; no tópico 3 traz uma abordagem sobre o mapeamento crime, chegando ao sub tópico 3.1 que fala sobre o programa ronda no bairro e o modelo de policiamento proativo preventivo, casando com sub tópico 3.2 que tratará do policiamento comunitário e a sua filosofia; finalizando com tópico 4 que discorre sobre a importância da introdução do uso de mapas análise e espacialização de crimes , entrando na área de estudo.

2 POLITICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO BRASIL

A segurança pública de modo geral no Brasil passa por um momento dramático, no sentido de que os métodos e práticas a ela aplicados não funcionam, de maneira que efetivamente os resultados sejam satisfatórios, justificando assim o alto investimento do dinheiro público que notoriamente são maus aplicados.

O debate atual sobre a temática da segurança pública discursada tanto pelo governo federal quanto pelos governos estaduais, usam a mesma receita que vem sendo aplicada repetidamente de forma generalizada pelo país.

As práticas e métodos rotineiramente adotados são implementadas pelos governos sem levar em consideração o acompanhamento crítico dos experimentos nacionais e internacionais, o conhecimento produzido na academia, contrariando os princípios fundamentais da gestão moderna que se fundamentam no diagnóstico, planejamento, avaliação e monitoramento corretivo (ROLIM, 2006, p.11).

É importante ser compreendido que investir em segurança pública, não significa necessariamente dizer que os investimentos públicos sejam somente direcionados ao aparelhamento e aumento dos efetivos policiais, como medida de combate a criminalidade.

Nesse sentido Beato (2008, p.135) justifica que embora não expressamente direcionadas a prevenção de crime, algumas políticas contribuem para promovê-la ao propiciar crescimento econômico, aumento da coesão social e um ambiente econômico transparente.

Pois as políticas sociais que objetiva a melhoria da qualidade de vida da população e desta forma viabilizando a educação de qualidade, moradia digna, geração de emprego, infraestrutura e lazer exercem um impacto positivo na segurança pública, refletindo diretamente nas incidências de criminalidade.

Para isso é necessário que tais políticas sejam conduzidas com seriedade e competência por seus gestores. Precisam também que sejam contínuas, pois se não houver continuidade pelos futuros gestores se caracterizam como políticas de governo que acabam com o termino de seus mandatos e não como políticas públicas, comprometendo desta forma seus resultados, sendo a descontinuidade o fator que corrobora para seu fracasso.

Nesse sentido, devem primar pelo atendimento, que possa ser avaliado satisfatoriamente pelo cidadão que paga seus impostos e custeiam a verba empregada nos programas e projetos na área de segurança, justificando os altos investimentos a ela destinados.

3 MAPEAMENTO DO CRIME DA CIDADE DE PARINTINS NOS ANOS DE 2012 A 2013

Os altos índices de criminalidade e a segurança pública atualmente vêm sendo amplamente discutida no Brasil, sendo que essa problemática hoje atinge também cidades antes consideradas pacatas, levando um grande número de estudiosos a buscarem soluções no meio acadêmico, que minimizem tal problema.

Segundo Bordin (2012, p.159), o processo de urbanização acelerado, atrelado à falta de políticas públicas que favoreça o acesso à educação, moradia e melhores condições de vida da população das cidades, contribuem para que estas pareçam mais inseguras.

Parintins assim como outras cidades do interior do Amazonas vem apresentando problemas de cidade grande, a criminalidade passou a preocupar os moradores e as

autoridades de segurança do município. Sendo que a sua população clama por ações efetivas que minimizem os impactos causados pela violência no cotidiano das pessoas que aqui vivem.

É simples de entender porque as pessoas esperam por melhorias na segurança que levem a redução da violência, posto que, do ponto de vista econômico sua ocorrência gera perda de bem estar para a sociedade, que se reflete na perda de qualidade de vida e no aumento dos recursos financeiros alocados para sua prevenção e combate (BEATO, 2008, p.65).

Na busca de mecanismos que possam intermediar soluções efetivas, cada vez mais vem sendo utilizados pelas secretarias de segurança o incremento das geotecnologias e conseqüentemente o mapeamento criminal como uma ferramenta de combate ao crime, pelo fato de possibilitar a sua espacialização.

O mapeamento é uma metodologia de extrema importância para que se possa analisar e compreender a dinâmica dos crimes, pois o crime não envolve apenas a ação do criminoso contra sua vítima, mais o local onde esses dois elementos se encontram (SILVA NETO, 2014, p.53).

Nesse sentido, é muito comum nos dias de hoje a utilização da informática através dos sistemas computacionais para elaboração de mapas, se tornando no que podemos chamar de Geotecnologias que para Chaves (2014, p.34) são ferramentas que possibilitam coletar, armazenar e analisar dados a respeito do posicionamento espacial geográfico dos diversos fenômenos da superfície do planeta.

O Geoprocessamento vem ser a execução aquisição, tratamento, interpretação e análise dos dados, feitos a partir da utilização dos SIGs, usualmente conhecidos como sistema de informação geográfica, ou seja, programas computacionais específicos para coletar, armazenar, processar e fazer a análise digital de dados georreferenciados visando à produção de informação espacial FITZ (2008, p.100).

As informações e as tecnologias estão disponíveis para serem utilizadas com objetivos de uma melhor gestão do território. Para tanto o grande entrave é saber usa-las adequadamente ao problema que se apresenta. Nesse sentido, é preciso que incorporação das geotecnologias a análise criminal deva ser entendida como um investimento necessário e não como um gasto desnecessário.

3.1 RONDA NO BAIRRO E MODELO DE POLICIAMENTO PROATIVO PREVENTIVO

O programa Ronda no Bairro foi implantado em dezembro de 2013 na cidade de Parintins pelo governo do Estado do Amazonas. Este Programa inicialmente capacitou os policiais integrantes do efetivo da sede do batalhão, com o curso de formação de policiamento comunitário, capacitando teoricamente os policiais para a prática de policiamento comunitário junto à comunidade parintinense.

O programa trouxe para Parintins aumento do efetivo, com mais de quarenta policiais, assim também como a aquisição de armamento, equipamentos, viaturas de duas e quatro rodas, melhorando substancialmente o patrulhamento pelas ruas da cidade. Sendo que houve também a divisão do perímetro urbano em sub áreas ou setores de atuação do patrulhamento policial. Visando com isso uma melhor distribuição do efetivo policial e viaturas em áreas geográficas da cidade.

O objetivo da secretaria de segurança era aumentar a presença ostensiva policial com auxílio de viaturas de duas e quatro rodas nas ruas, aumentando a sensação de segurança da população, agindo desta forma preventivamente, com a finalidade de baixar o índice de criminalidade da cidade de Parintins, através da prática do policiamento ostensivo. Rolim (2006, p.21), afirma que:

O “Policiamento”, por outro lado, remete à atividade específica de patrulhamento preventivo, levada a efeito pela presença visível de policiais uniformizados ou fardados que costumam cobrir áreas geográficas definidas, atendendo a uma estratégia centralizada.

Entende-se por policiamento ostensivo, aquilo que se busca aparecer, ou seja, só o fato da possibilidade de visualização policial, já se torna um fator determinante para inibição à prática do crime. Justifica-se ai, portanto a prática de policiamento fardado pela polícia militar, sendo sua principal atribuição, atuar de forma preventiva, antes que os atos ilícitos aconteçam, mediante a visualização do policial por parte da população.

É importante entender os dois modelos empregados na ação policial das policias brasileiras para compreendermos o que efetivamente se enquadra ao perfil de policiamento preventivo numa perspectiva de antecipação aos atos criminosos. Nessa conjuntura todas as policias agem de forma proativa e reativa em relação ao crime.

Sendo o modelo proativo caracterizado pela ação partida a princípio pelos próprios policiais, independente da solicitação do cidadão. Já o modelo reativo a ação policial é

direcionada a partir de uma solicitação do cidadão, ou seja, após o ato criminoso ter sido cometido, (ROLIM, 2006, p.31).

A ação da polícia é preventiva quando se antecipa ao crime, evitando seu acontecimento. A prevenção de crimes são características de ações policiais de um modelo proativo, que concentram suas intervenções na causa que da origem para o acontecimento de atos criminosos.

No entanto o comportamento do policiamento da cidade de Parintins é orientado pelo modelo reativo que nessa perspectiva leva a polícia a sempre chegar após os atos criminosos terem sido cometidos, o que ocasiona insucesso contra os crimes que a princípio não produzem vítimas, como é o caso do tráfico de drogas.

Para Beato (2008, p.128) o pilar da intervenção ao ato criminoso é a prevenção primária, ou seja, a prevenção da violência antes que ela ocorra, focalizando as ações nos fatores de risco para o comportamento violento ou para a vitimização.

Portanto uma ação preventiva por parte dos do sistema de segurança pública, significa dizer que as intervenções policiais se adequem ao modelo proativo, fazendo uso principalmente de ações de inteligência por parte da polícia, utilizando-se das tecnologias de informação, como medida de antecipação ao crime. Nesse sentido se a ideia é prevenir é de fundamental importância que a polícia tome a primeira iniciativa, do contrario estaremos trabalhando semelhante ao entregador de pizza, que sai somente quando é solicitado pelo cliente.

3.2 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E A SUA FILOSOFIA

O policiamento comunitário foi uma alternativa encontrada pelos governos estaduais para o desenvolvimento de práticas policiais integradas com o cidadão, que levassem em consideração seus direitos elementares. Buscando principalmente uma relação de confiança entre polícia e comunidade como parceira no combate a criminalidade.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 que descreve em seu texto a preocupação com os direitos elementares do cidadão que a filosofia de policiamento comunitário começou a ser empregada nas instituições policiais militares brasileiras. E nesse sentido Beato (2008, p.169) argumenta que:

A consolidação democrática brasileira veio acompanhada de um crescimento dramático dos indicadores de criminalidade violenta, que colocou de forma

premente a necessidade de desenvolvermos formas de controle da violência urbana de acordo com os princípios de legalidade e justiça.

O cerne principal do ideal de policiamento comunitário seria exatamente a aproximação do policial da comunidade, e desta forma trazer o cidadão para a prática do policiamento, visando com isso uma parceria indissociável no combate e diminuição da criminalidade.

Sendo que cabe aqui deixar claro que a filosofia de policiamento comunitário não nasceu em solo brasileiro, como bem comenta Bordin (2009): A filosofia de policiamento comunitário foi uma ideia importada dos Estados Unidos, que foi implantado nos modelos policiais brasileiros, mais especificamente nas policias militares.

Se observarmos as políticas de segurança pública de alguns Estados da Federação, notaremos essa tendência para tal “filosofia de policiamento comunitário”, como as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) do Estado do Rio de Janeiro, implantados nos morros antes comandados pelo tráfico e o programa “Ronda no Bairro” recentemente implantado no Estado do Amazonas, abrangendo a capital Manaus e alguns municípios do interior, como a cidade de Parintins.

As UPPs do Rio de Janeiro e o Ronda no Bairro do estado do Amazonas se diferem apenas pelos nomes, mais se contemplam com a mesma filosofia de “Policiamento Comunitário”.

Nessa conjuntura o policiamento comunitário vislumbra uma parceria indissociável, entre policia e comunidade, como estratégia de aproximação do policial junto à comunidade para juntos resolverem o problema da criminalidade. E nesse sentido Bordin (2009, p.358), argumenta que a atuação de um policiamento conjunto entre a policia e a comunidade é de extrema importância para a implementação do policiamento comunitário.

Para Bordin (2009) a filosofia de policiamento comunitário, quando implantada, exige uma reforma estrutural dentro das instituições policiais, buscando principalmente a descentralização de comando, dando maior autonomia de decisão ao policial de ponta. Pois é este que está nas ruas em contato direto com comunidade e precisa de autonomia para tomar suas decisões. Sendo este fator apontado como um dos entraves à aplicação do policiamento comunitário no Brasil.

Exatamente pelo fato de policial de base ser o que está diariamente em contato com a população, é óbvio que a queixa crime lhe será primeiramente informada, sendo que na maioria

das vezes este não poderá fazer nada em relação a solicitação do cidadão denunciante, por estar algemado a um sistema que não lhe permite agir com autonomia de decisão.

Ao fazermos uma análise da atual política de prevenção de crimes, no que tange a segurança pública da cidade de Parintins, fica evidente que apenas conseguiram fazer a distribuição do efetivo e viaturas em áreas geográficas, não alcançando a aproximação e parceria com a comunidade. E nesse sentido Balestreri (2008, p.47 e 49) diz que:

[...] Precisamos incrementar os padrões de policiamento de proximidade que, aqui no Brasil, batizamos de “Polícia Comunitária”. Mais isto é uma simplificação. A polícia comunitária é uma forma muito sofisticada de fazer polícia. Significa, necessariamente, traçar estratégias policiais em conjunto, no debate com a comunidade. [...]. O modelo mal arremedado do modelo americano dos anos 60 e 70 faliu, se esgotou! Os Estados Unidos, Já há algum tempo, abdicaram do que continuamos propondo no Brasil. Uma polícia que circula, necessariamente, não é uma polícia que está presente.

A comunidade mesmo não orientada sobre a o funcionamento do policiamento comunitário continua fazendo sua parte, procurando as guarnições das viaturas, denunciando os atos criminosos na esperança que a polícia possa dar uma resposta rápida.

A inércia do policial quando este é solicitado, se dá pelo fato de não haver descentralização de comando, que conseqüentemente proporcionaria maior autonomia de decisão ao policial de ponta. Ficando restrito a um modelo do “mais do mesmo”, ou seja, investiu-se somente em aumento de efetivo, compra de viaturas e armamento, como forma de prevenir o crime. Sendo que os fundamentos do policiamento comunitário não foram alcançados.

É importante ressaltar a importância da informação na implementação do policiamento comunitário, principalmente no processo de tomada de decisões, cujas fontes são oriundas principalmente do diálogo do policial com a comunidade e através de dados georeferenciados.

Sendo que, para isso o uso das geotecnologias é de extrema importância para a otimização das políticas públicas que objetivem a prevenção de crimes, e desta forma viabilizando também um melhor gerenciamento da cidade de Parintins e uma ação proativa por parte das policias.

A respeito do programa Ronda no bairro, a filosofia de policiamento comunitário não promoveu principalmente as mudanças de relacionamentos interpessoais dentro da instituição e desta forma sendo percebida apenas como Marketing político.

A divisão em classes de oficiais e praças dentro da polícia militar propicia aos seus integrantes uma divisão desproporcional no que tange a salários, direitos, deveres e diferenças

de formação profissional, demonstrando a pouca importância que os policiais de base têm para os governos. Nesse sentido Beato (2008, p.182) argumenta que:

Em relação aos militares, é interessante observar o grande investimento feito em atividades de formação de seus oficiais, quando comparados aos soldados e sargentos. Justamente os policiais que estarão envolvidos em atividades complexas de atendimento ao público são os que recebem menos investimentos em suas atividades de formação.

Essa formação incipiente aos policiais de base é empregada praticamente em todas as instituições policiais do Brasil, pressupondo que ao oficial cabe mandar e ao praça obedecer as suas ordens. Hoje nota-se que essa realidade começa a mudar pelo fato de um número considerável de policiais de base buscarem minimizar sua formação deficiente ingressando nas universidades. Este fato já pode ser percebido positivamente na mudança de pensamento dos policiais, gerando uma onda inovadora na busca de melhorias e por uma instituição mais justa.

Cabe destacar que a própria constituição embasou a criação de um mesmo modelo de polícia para todos os estados brasileiros, ou seja, instituições policiais extremamente hierarquizadas, organizadas como força auxiliar do exército, com regulamentos internos que se sobrepõem a constituição federal, baseada em um modelo de punições (BEATO, 2008, p.183).

Essas características vão de encontro ao ideal de Policiamento Comunitário e são obstáculos para uma atuação preventiva proativa nas instituições policiais brasileiras, que conseqüentemente se mantem no mesmo padrão da época em que o país vivia sob uma ditadura militar, contrariando os ideais “democráticos” que atualmente vive o país.

Em pleno o século XXI é inadmissível que uma instituição de relevante importância á sociedade por garantir a segurança e proteger a vida dos cidadãos, ainda mantenha características antidemocráticas em um país que teoricamente vive a “democracia”. Como que seus integrantes prestarão serviços mais humanizados se o regulamento interno das policia militar fere alguns direitos constitucionais. Será que o policial militar não são contemplados com os mesmos direitos do cidadão civil?

4 A INTRODUÇÃO DO USO DE MAPAS PARA VISUALIZAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DOS CRIMES

A cartografia, através da utilização dos mapas temáticos possibilita a representação dos fenômenos distribuídos no espaço, como é o caso da criminalidade urbana, para a partir daí se delinear as estratégias de intervenção e gerenciamento dos lugares onde se pretende atuar. Buscar entender como esses fenômenos se distribuem no espaço geográfico, é tarefa necessária para que se criem possibilidades de intervenção. Martinelli (2011, p. 12), diz que:

Os mapas são meios para se revelar o conteúdo da informação, proporcionando a compreensão, que orienta o discurso científico, permitindo ao leitor uma reflexão crítica sobre o assunto e promovendo dessa forma o conhecimento, e desta forma fazer uso da cartografia temática para a representação da realidade geográfica que se apresenta.

A utilização de mapas para compreensão de fenômenos sociais tem sido prática bastante utilizada a muito tempo atrás pelas ciências sociais, e nesse sentido Beato 2008, diz que os estudiosos Gurry (1833) e Quetelet (1842) já haviam notado que o crime possui um padrão de distribuição característico ao longo de áreas geográficas na França.

Sendo, portanto a leitura e visualização dos mapas de extrema importância para o conhecimento da distribuição de crimes no espaço. E nesse sentido é importante para entender o padrão de incidência de crimes, para que se viabilize a identificação de suas causas e a partir disso implementarmos ações efetivamente eficazes.

Outra consideração bastante consistente acerca de mapa, que também é válida para o mapa temático, foi proposta por Muehrcke (1983) apud Martinelli (2011, p.29) diz que o mapa é uma representação da realidade em meio exterior, fora da mente, proporcionando desta forma a representação e transformação dos dados sobre os fenômenos e suas relações espaciais, levando o leitor ao conhecimento da realidade.

A cartografia temática, nesse sentido vem apresentar uma solução analítica ou explicativa dos fenômenos, em nosso caso mais específico a criminalidade. Sendo que para Fitz (2008, p.48) os mapas temáticos geralmente utilizam outros mapas como base, com o objetivo básico de fornecer uma representação dos fenômenos localizados na superfície terrestre, usando uma simbologia específica.

Para Beato (2008, p.16) os mapas permitem a visualização de dados e informação distribuídos no espaço como imagens que valem mais do que palavras, essencial para o desenvolvimento de programas que objetivem prevenir a criminalidade e o gerenciamento dos locais que se pretende atuar.

Nessa perspectiva, para evidenciarmos a configuração e distribuição dos fenômenos existentes na superfície terrestre, se faz necessário a utilização dessa importante ferramenta

Os mapas abaixo traz a espacialização dos crimes de lesão corporal, sendo que em 2012 o bairro de Palmares foi o que apresentou maior incidência desse tipo de delito. Em 2013 a maior incidência de ocorrência de lesão corporal se deslocou para o bairro de Paulo Corrêa. De um ano para o outro há uma pequena variação na quantidade de delitos em relação aos outros bairros observados.

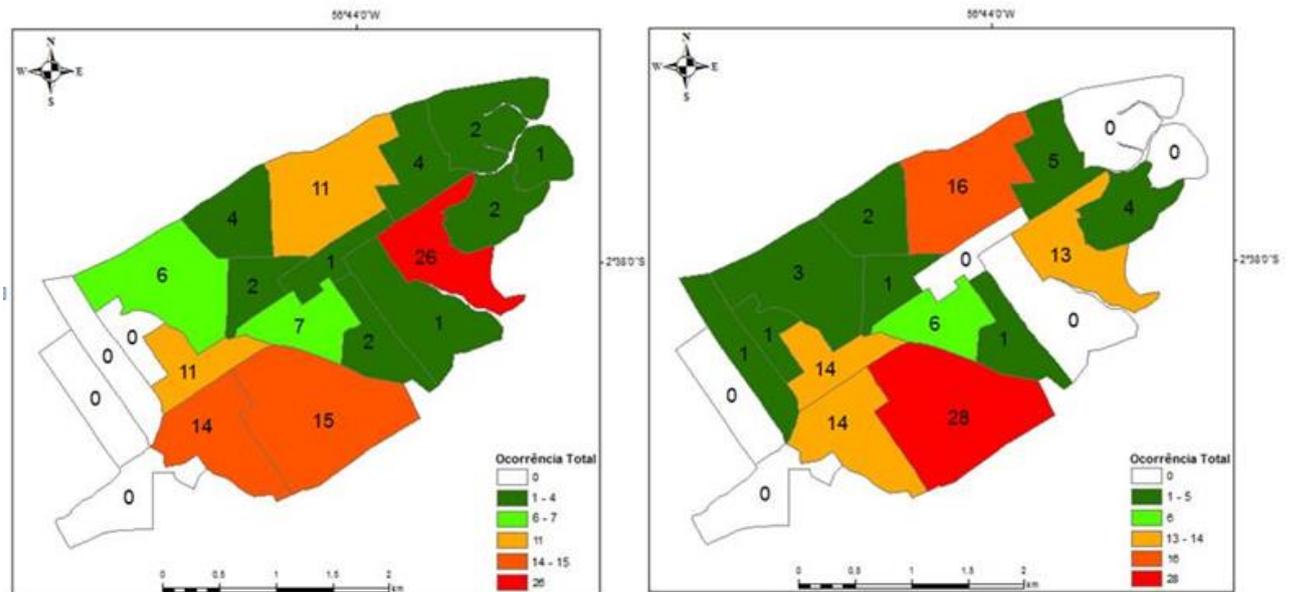


Figura 4 e 5: Mapa do total de lesão corporal nos de 2012 e 2013 da cidade de Parintins-Am.
Fonte: 11º Batalhão de Polícia Militar de Parintins.

Para as ocorrências de roubo temos os bairros do centro e o de Palmares nos anos de 2012 e 2013 como zonas quentes, ou seja, as áreas que apresentaram maior incidência de delitos de roubo (figura 6 e 7). Essas ocorrências tiveram maior incidência no horário entre (18:00 e 00:00 hs).

Para tanto não é possível conhecer ou fazer afirmações sobre os fatores que levaram a incidência desses crimes nesse horário. Pois tal atitude que objetive conhecer essas causas, carecem de um estudo mais aprofundado de fatores como vitimização e levantamento do perfil dos criminosos (FREITAS, 2010, p. 5).

Em relação ao número de ocorrências contabilizadas nos dois anos é possível que estes dados não reflitam a realidade, pois existem ocorrências que não são registradas, pelo fato das vítimas não acreditarem que a polícia possa dar uma resposta satisfatória. Outro problema enfrentado pelas vítimas de algum delito é o transtorno sofrido pelo fato de a queixa crime ter que ser informada para as duas instituições policiais, no caso a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Para Bordin (2012) esse problema seria solucionado com a criação de um sistema de boletim de ocorrência unificado e informatizado visando a melhoria de entrada de dados nas

duas polícias, constituindo assim uma base para a análise criminal, como também trazer benefícios a população.

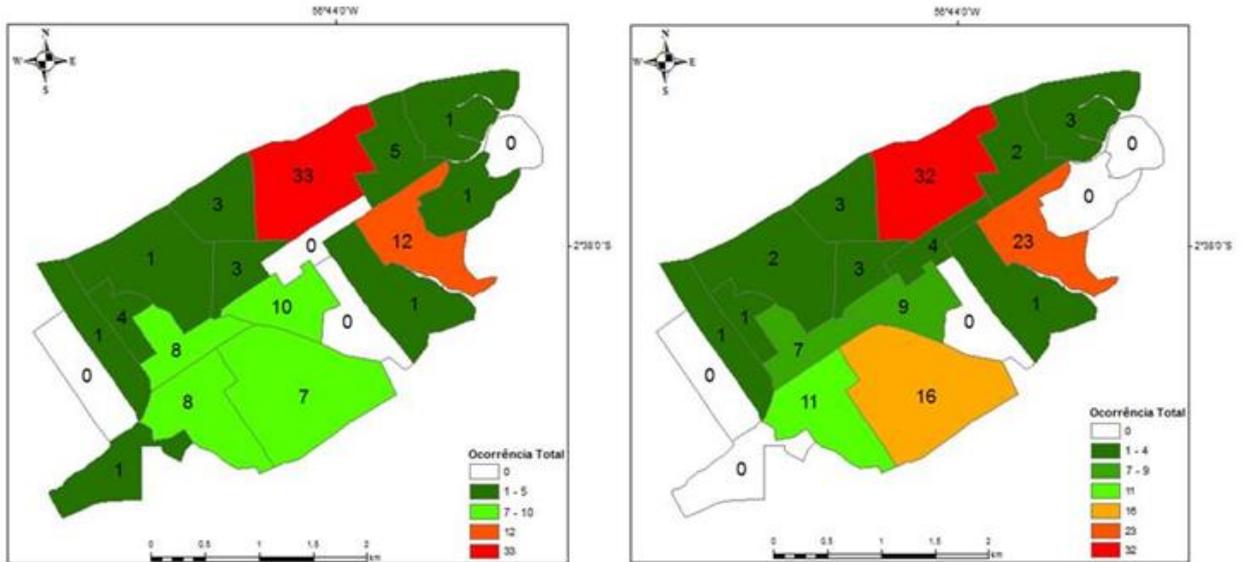


Figura 6 e 7: Mapa do total de Roubo nos anos de 2012 e 2013 da cidade de Parintins-Am.
Fonte: 11º Batalhão de Polícia Militar de Parintins.

O mapa abaixo possibilita a visualização do total de crimes de violência doméstica “crime praticado contra a mulher” nos anos de 2012 e 2013 (figura 7 e 8). Esse delito entre os quatro crimes analisados foi o que teve maior incidência, apresentando números elevados. O bairro de Paulo Corrêa é considerado a zona quente para este delito nos dois anos analisados, seguidos dos bairros de Palmares, Itauna I, Itauna II e Centro.

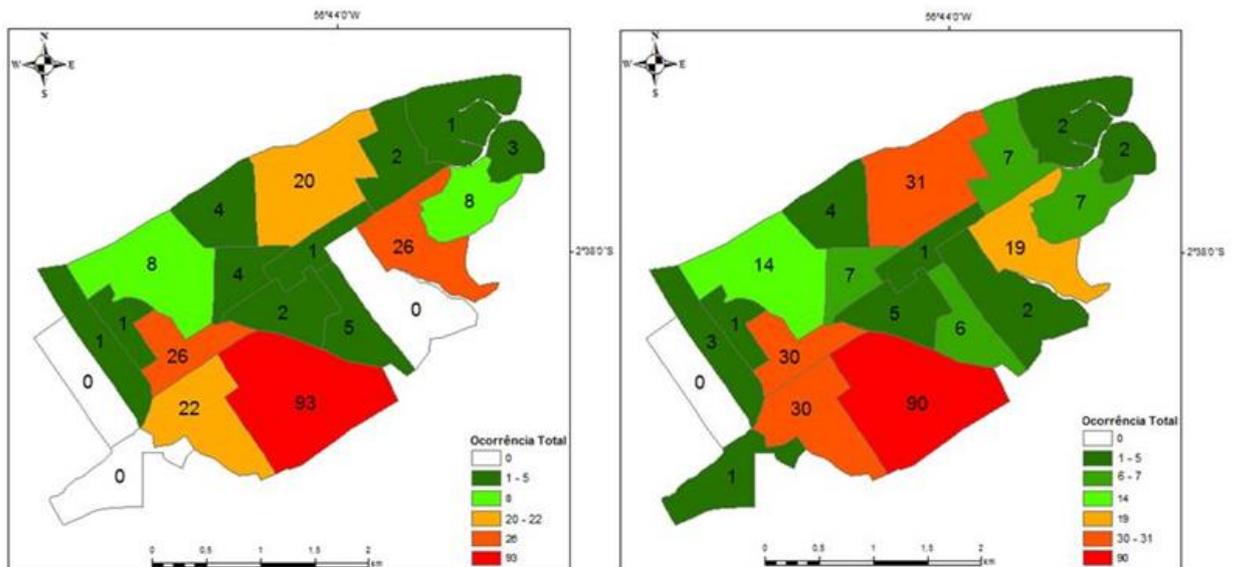


Figura 8 e 9: Mapa total de crimes de violência doméstica nos anos de 2012 e 2013 da cidade Parintins-Am.
Fonte: 11º Batalhão de Polícia Militar de Parintins.

Segundo o IBGE o bairro de Paulo Corrêa é o bairro mais populoso da cidade de Parintins. Este fator pode ser um dos motivos para a concentração desse tipo de crime nessa

área, sendo que outros fatores tem que ser estudados a fundo para se obter um resultado conclusivo, bem como também a implementação de programas sociais voltados para ajudar as mulheres vítimas de agressões.

Após a visualização e análise dos mapas gerados a partir dos dados do 11º Batalhão de Polícia militar da cidade de Parintins foi possível observar que entre os anos pesquisados houve uma variação no numero total de delitos. Ocorrendo uma estabilidade para os crimes de lesão corporal, sendo que os crimes de furto, roubo e violência doméstica tiveram aumento consideráveis de um ano para o outro (tabela 1).

2012		2013	
Furtos	177	Furtos	215
Lesão Corporal	109	Lesão Corporal	109
Roubos	99	Roubos	119
Violência Doméstica	228	Violência Doméstica	263
Total	613	Total	706

TABELA 1- Quantitativo Total de Delitos.

Nesse sentido vale ressaltar que nenhum dos crimes pesquisados teve seus índices reduzidos, sendo necessário fazer uma reflexão sobre a realidade agora evidenciada pelos mapas e principalmente sobre as ações concernentes a segurança pública para frear esse aumento da criminalidade na cidade de Parintins. Posto que esse acompanhamento só é possível com a inserção das geotecnologias e introdução do uso de mapas para análise criminal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incidência de crimes atualmente no Brasil é um fenômeno que virou realidade tanto de cidades grandes, médias e pequenas, apontado por estudiosos como consequência das desigualdades sociais, urbanização acelerada, falta de emprego, educação e moradia para as pessoas que migram para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Parintins atualmente vê a o índice de crimes aumentando de um ano para o outro, sem visualizar no horizonte uma ação efetiva de combate a criminalidade, a desigualdade social, posto que que os governos somente investem em segurança pública com o aumento dos efetivos policiais, aquisição de armamentos e viaturas como medida de combate ao crime.

O atual programa Ronda no Bairro a exemplo de outros Estados brasileiros do ponto de vista prático não alcançou a aproximação da população proposta pela filosofia de policiamento comunitário, nem tão pouco realizou as mudanças internas dentro das instituições policiais, que se mantem como no período da ditadura militar. Pois como a sociedade cobrará um atendimento mais humano da policia, se seus membros têm os direitos constitucionais transgredidos por um regulamento interno que se sobrepõe à constituição federal.

As políticas públicas de modo geral no Brasil pulveriza para os Estados a mesma receita que há muito tempo não vem dando certo, e quanto mais não dão certo, mais são privilegiados pelos investimentos públicos. Retirando dessa discursão os principais afetados pelo aumento da criminalidade, que é a sociedade.

Com relação a análise e observação dos mapas notou-se que houve um aumento dos crimes estudados em 2013 se comparados com os dados das ocorrências registradas em 2012. Os fatores que motivaram os delitos em dada área necessitam de estudos mais específicos para se chegar a sua compreensão.

Contudo a Introdução das geotecnologias, através da utilização de mapas para a visualização e espacialização de crimes é uma importante ferramenta a serviço da segurança pública. E desta forma ajuda na minimização dos custos, assim como uma melhor gestão do território que se pretende atuar e otimização dos resultados.

As políticas sociais que tenha o objetivo de promover acesso moradia, educação, emprego, apesar de não serem destinadas para tal, tem levado a resultados positivos no combate e diminuição dos delitos criminosos. E qualquer ação por parte do Estado que vislumbre a diminuição de crimes devem também promover a modernização de todos os componentes do sistema de segurança, principalmente o sistema prisional que enfrenta problemas sérios em Parintins.

REFERÊNCIAS:

BALESTRERI, Brisolla. **Vítimas coletivas da violência.** Revista Preleção- Assuntos de segurança pública. Ano II, N. 4, ago. 2008.

BEATO, Claudio. **Compreendendo e avaliando:** Projetos de segurança pública. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BEATO, Claudio. **Estratégias de policiamento em espaços urbanos**: Revista de ciências, vol. 51,Nº3, 2008, pp.687 a 717.

BEZERRA, Xavier. **Geografia do medo**: A influência da violência nas práticas socioespaciais dos moradores do bairro de Catolé, em Campina Grande-PB: Simpósio nacional de Geografia urbana, Belo Horizonte, 2011.

BORDIN, Marcelo. **Polícia comunitária: Entre a retórica do Estado e prática cotidiana**. Disponível em:<http://www.uece.br/labvida/s/policia_comunitaria_estado.pdf>. Acesso em 28 de abril de 2014.

BORDIN, Marcelo; LIMA, Rodrigo Perim de. **Mapeamento do Crime e Análise Criminal: A Experiência do Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1666>>. Acesso em 28 de abril de 2014.

CHAVES, Francisco. **Utilização do geoprocessamento no mapeamento criminal na região metropolitana de João Pessoa-PB**: João Pessoa, 2014.

DINIZ, Celia; BARBOSA, Iolanda. Metodologia científica. Campina grande; Natal: UEPB/UFRN, 2008.

FITZ, Roberto. **Cartografia Básica**: São Paulo, 2008.

FREITAS, Figueiredo; COUTINHO, Aparecida. **O uso do SIG na espacialização da criminalidade em Viçosa no período de outubro a novembro de 2009**: Porto Alegre 2010.

GONÇALVES, Eustáquio. **Geocodificação e análise do mapeamento da criminalidade na cidade de Ipatinga**: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed –São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINELLI, Marcelo. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 6.ed. Apl. e Atual: São Paulo, 2011.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: Policiamento e segurança pública no século XXI**: Rio de Janeiro, 2006.

ROSA, Roberto. **Cartografia básica**: Universidade de Uberlândia, 2004.

SILVA, Neto; Collischonn. **Seminário de estudos urbanos regionais e ensino de geografia**:
MG, N. 06, 2014.